ELITE POLÍTICA DE PASSO FUNDO/RS ENTRE 1945 E 1964: do local ao regional

Eduardo Roberto Jordão Knack[1]

Resumo: O presente artigo procura apresentar algumas considerações sobre os políticos passo-fundenses que passaram a atuar em um plano regional e nacional em meio a um período de redefinição das forças políticas do país (1945-1964). É importante refletir sobre as características comuns, os mecanismos de ascensão, manutenção, reprodução e reconversão dos integrantes de uma elite política local que foram essenciais para que esses indivíduos estendessem sua rede de influência a um nível regional, bem como os valores compartilhados e a visão de mundo desse grupo, que caracterizam seu perfil, revelando, além de afinidades culturais, interesses que articulam seus objetivos e metas políticas e/ou econômicas.

Palavras-chave: Passo Fundo, elites, política.

Abstract: This article intends to present some considerations about the politicians of Passo Fundo whose area of activity became regional and national in a period of time when the political forces in the country were being redefined (1945-1964). It is important to think about the common characteristics of these individuals as well as the mechanisms of ascension, maintenance, reproduction and reconversion that were important to extend their influence to the regional area. It is also imperative to think about the values and the worldview of this group insofar those characteristics show his profile, cultural affinity and interests which joint his political and/or economical goals.

Keywords: Passo Fundo, elites, politics.

O período de 1945 até 1964 marca uma transformação significativa no cenário político do Rio Grande do Sul. O fim do Estado Novo em 1945 ensejou a reorganização do sistema político-partidário e a constituição de novos partidos políticos como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática

[1]Doutorando em História (PUCRS). Bolsista CAPES. E-mail: eduardorjk@yahoo.com.br

Nacional (UDN), de expressão nacional, mas também se formaram agremiações partidárias com influência local em diferentes em regiões do Brasil. Conniff (2006: 99) indica que "*a história política do século XX foi acompanhada por tentativas de aperfeiçoar um sistema democrático para a seleção de líderes.*" O intervalo entre 1945 e 1964 constitui um exemplo dessa tentativa. Antes de 1945, grosso modo, os dirigentes políticos, a nível nacional, coincidiam com elites econômicas e intelectuais, situação que vai mudando paulatinamente:

> Nos primórdios do século XX, a elite política coincidia bastante com as elites sociais, econômicas e intelectuais. Cada vez mais, porém, disponibilizou-se o acesso ao cargo público a indivíduos da classe média, de modo que a elite política não mais se sobrepunha tanto às outras. Carreiras políticas tornaram-se meios de mobilidade ascendente para pessoas talentosas com as qualificações certas. Essa tendência trouxe um certo grau de democratização à sociedade brasileira, porque a liderança política não mais estava restrita a um pequeno número de pessoas. (CONNIFF, 2006: 100)

O Estado Novo marca "*a reestruturação do universo das elites – políticas, econômicas, ideológicas e sociais – na primeira metade do século XX.*" (CODATO, 2009: 316). É, portanto, um período de reconfiguração das elites nacionais, locais e regionais no Brasil, nos estados e nas cidades. Codato indica que o Estado Novo ensejou uma reorganização dos grupos dominantes a partir da substituição de lideranças desencadeadas pela emergência dos "*revolucionários*" de 1930, especialmente com o "*processo de nacionalização das forças políticas*" que pôs fim aos partidos políticos regionais e contribuiu para a constituição de um estado centralizador, o que alterou os "*fundamentos do poder (recursos políticos, predicados sociais, capacidades econômicas).*" Portanto, pesquisar as mudanças que se operam nas elites política com o fim do Estado Novo permite pensar, utilizando a expressão de Codato, em transformações nos fundamentos do poder que se alastraram por diferentes escalas da política brasileira – do regional ao local.

O ano de 1945 assinala, concomitante à reorganização partidária, uma reconfiguração das elites políticas, tanto a nível nacional como regional. O fim do Estado Novo é um momento histórico propício para refletir sobre a constituição e as características desse grupo que se ergue nas ruínas de uma organização anterior. Charle (2008: 18), estudando as elites da terceira República na França, ressalta a importância de estudar períodos de questionamento e redefinição da atuação de elites dirigentes. Para selecionar sua amostra de pesquisa, o autor adotou dois critérios: primeiro, definiu uma população "*mais homogênea no plano geracional, donde a escolha de um corte cronológico em dado*

ano, criei um intervalo de vinte anos em relação às mudanças políticas." O presente trabalho não constitui uma pesquisa do vulto de *Les élites de la République*, e não é uma análise de nível nacional, mas suas considerações podem aplicar-se perfeitamente em uma escala menor. O pós 1945 permite avaliar a mudança do perfil, da atuação e dos elementos necessário para que os políticos passo-fundenses (de um nível local) transcendessem a "aldeia", passando a integrar uma elite política regional no estado.

No período delimitado, Passo Fundo apresenta apenas um pequeno grupo de 6 indivíduos que ascendem à elite regional (ocupam cargos na Assembléia Legislativa estadual e/ou federal): Antonio Bittencourt de Azambuja (deputado federal na legislatura de 1945-1950), Nicolau de Araújo Vergueiro (deputado federal na legislatura de 1945-1950), César José dos Santos (deputado estadual na legislatura de 1947-1951 e federal em 1950-1954), Vitor Loureiro Issler (deputado federal nas legislaturas 1954-1958, 1958-1962, 1962-1964), Daniel Dipp (deputado estadual na legislatura de 1951-1955 e federal em 1954-1958, 1958-1962) e Múcio de Castro (deputado estadual na legislatura de 1955-1959).[2] O principal objetivo do presente artigo é traçar um perfil geral dessa elite política, mostrando suas relações com a mudança política ocasionada a partir de 1945 e levantar hipóteses sobre quais as características comuns entre esses indivíduos que possibilitaram sua ascensão a um plano regional e nacional.

O ideal para a presente proposta de pesquisa seria traçar um perfil de cunho prosopográfico sobre todos os indivíduos que atuaram na vida política passo-fundense para comparar com as características daqueles que ascenderam a um plano regional/nacional e aqueles que permaneceram no cenário local. A partir de informações extraídas do livro *Eleições em Passo Fundo: dados históricos* (DAMIAN, 2010), chega-se ao número de 83 indivíduos (fora os já mencionados) que ocuparam cargos de vereadores, vice-prefeito e prefeito, sem contar os suplentes de vereadores e secretários municipais.

Cabe um breve esclarecimento sobre a perspectiva teórica do presente trabalho. De acordo com Stone (2011: 115) a prosopografia "*é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo de suas vidas.*" Uma pesquisa orientada a partir desse pressuposto segue alguns passos que configuram um método particular de pesquisa. Inicialmente, é importante delimitar o objeto de pesquisa, cercar o universo de atuação desses atores para então elaborar questões sobre idade (no período delimitado), nascimento e morte, a estrutura familiar (pais, avós, casamentos), o local onde

[2] Dados retirados de HEINZ, 2005 e DAMIAN, 2010.

os sujeitos viveram, sua educação, poder econômico e político, profissão, religião, entre outras. Esse conjunto de questões pode variar dependendo da delimitação do universo onde as experiências do grupo analisado se desenrolaram. Na verdade, a própria definição de prosopografia pode assumir múltiplos significados, como Almeida (2011: 2) adverte, "*mas um elemento comum de quase todas as definições é a análise do indivíduo em função da totalidade da qual faz parte.*"

Como Heinz (2006: 9) indica, esse tipo de pesquisa traz um enfoque sociológico para a história "*buscando revelar as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico.*" As biografias coletivas, além de revelar traços sobre um perfil coletivo, também pode revelar mecanismos de atuação, recrutamento, manutenção e renovação de determinado grupo. Stone (2011: 115) percebe a prosopografia como um instrumento para resolver dois problemas de pesquisa em história – a ação política, possibilitando ao pesquisador observar interesses que estão além dos discursos políticos, como as relações internas dos agrupamentos políticos, seu funcionamento (as regras do jogo político) e quem o manipula. Essas questões são as que mais interessam ao presente trabalho, pois o segundo problema diz respeito, de forma geral, a mobilidade social nas associações profissionais.

Devido ao atual estado de desenvolvimento dessa pesquisa, ainda não foi possível realizar uma exaustiva coleta de dados necessária para sistematizar as informações biográficas de todos os indivíduos que atuaram no cenário político passo-fundense no período delimitado. No momento, objetiva-se construir os questionamentos centrais sobre esse grupo (já levantando algumas hipóteses sobre seu perfil coletivo), mapear o universo de atuação dos atores e identificar a constituição do topo dessa elite política iniciando a primeira parte dessa proposta, que é sistematizar os dados dos políticos que conseguiram integrar a elite regional e comparar seu perfil com pesquisas já realizadas sobre a elite política estadual no período 1945-1964.

Antes de iniciar as considerações sobre como ocorreu o recrutamento de políticos locais para o plano regional e sobre as características comuns desse grupo, é importante definir o conceito de elite, central para compreensão do problema proposto. De forma geral, elites se referem "*àqueles indivíduos pertencentes aos grupos melhores situados na estrutura social como um todo.*" (MONTEIRO, 2009: 25). Porém, referindo-se ao seu atual uso em pesquisas históricas, Heinz (2008) aponta que a noção de elite foi retomada com o intuito de escapar de uma abordagem marxista e da terminologia de "classes". Essa visão

marxista sobre as relações entre os grupos sociais tende para uma percepção "totalizante" dos indivíduos, "adequando" suas particularidades às classes sociais a que pertencem, ignorando as singularidades e conflitos no interior dos próprios grupos. Tal abordagem não explica coerentemente a formação, manutenção, reprodução, o recrutamento e a reconversão dos grupos que conquistaram o topo do poder. Entre as razões para a disseminação dos estudos sobre as elites estão a crise dessa percepção marxista sobre os grupos dominantes, bem como o declínio da história estrutural e quantitativa dos Annales.

O uso dessa renovada noção de "elites" permite inclusive perceber até que ponto, em determinado período histórico, os grupos que controlam o cenário político também detêm uma hegemonia econômica, ou vice-versa. Características que uma visão de "luta de classes" como motor da dinâmica social não permite perceber, enquanto uma história serial não consegue trazer a luz os espaços onde se desenrolam os conflitos pelo poder, permanecendo em um nível genérico que não permite identificar um "perfil" das elites.

> O historiador das elites empreende o estudo dos processos históricos nos quais elas se inserem à luz de suas características sociais mais ou menos constantes. Trata-se de conhecer as propriedades sociais mais requisitadas em cada grupo, sua valorização ou desvalorização através do tempo; conhecer a composição dos capitais ou atributos cultural, econômico ou social, e sua inscrição nas trajetórias dos indivíduos; enfim, conhecer os modelos e/ou estratégias empregados pelos diferentes membros de uma elite para alicerçar uma carreira exitosa e socialmente ascendente ou, em outros casos, evitar – mediante mecanismos de reconversão social – um declínio ou uma reclassificação social muito abrupta. (HEINZ, 2006: 9)

Estudar as elites na perspectiva das biografias coletivas, ou prosopografias, é traçar o perfil de um determinado grupo, refletir sobre as características sociais comuns que possam ter levado essas elites ao poder ou a serem desalojadas dele. Martin (2008: 44), estudando a trajetória social das elites administrativas, econômicas e políticas na França, exemplifica a importância dessa perspectiva de pesquisa e alguns dos elementos que o historiador que se dedica a realizar uma biografia coletiva deve procurar. A autora percebe as transformações nas instituições que detêm o poder, o que acarreta transformações na composição das elites, "*assim como nos modelos de exercício do poder, nas maneiras de fazer e de agir dos diferentes dirigentes, nas formas de legitimidade sobre as quais as elites se apoiam.*" O período histórico de 1945 a 1964 também representa um rearranjo nos grupos que detêm o poder (inseridos no próprio estado), alterando o modelo de exercício e das formas de legitimidade dos grupos que assumem o poder político.

> As elites não consistem unicamente na soma do conjunto dos grupos ou dos atores que ocupam posições dominantes nos domínios político, econômico e administrativo e não são apenas uma categoria da estratificação social; elas propõem modelos de comportamento, possuem sistemas de valores e interesses, constituem grupos de influência e, às vezes, de pressão. (MARTIN, 2008: 48-49)

Buscar a trajetória das elites de uma sociedade é perceber o complexo jogo de relações entre indivíduos e grupos que configuram o sucesso ou não de determinado "modelo de comportamento" e de "sistemas de valores" compartilhados pela coletividade. Estudar as elites não se restringe apenas à percepção de quais elementos foram fundamentais para levar um grupo ao poder, permite também identificar aspectos culturais próprios partilhados por esse grupo, que configuram a própria visão de mundo das elites em questão. Perissinotto (2007: 317) aponta que o poder pode ser observado nas "*desigualdades que caracterizam a distribuição de recursos sociais*", o que torna necessário investigar os mecanismos e os sujeitos que controlam esse sistema desigual de diferenciação. Nesse sentido, os poucos indivíduos que ascenderam à elite política regional em Passo Fundo não partilhavam apenas de características comuns que os auxiliaram na escalada da liderança, mas também estavam associados a uma determinada cultura própria de seus pares que conferia um poder de convencimento de sua posição política (frente a sociedade e ao cenário político, inclusive seu próprio partido).

O processo eleitoral de Passo Fundo está inserido nas transformações que ocorreram a nível regional/nacional no pós-1945, porém, é necessário destacar algumas singularidades da história política local para melhor compreender a formação da elite que ascende ao poder entre 1945-64. Entre 1900 e 1930, as principais lideranças locais (intendentes e a grande maioria dos conselheiros municipais) são políticos oriundos do Partido Republicano Rio-Grandense. A principal expressão política da cidade até o fim do Estado Novo era Nicolau de Araújo Vergueiro, que iniciou sua carreira política nas fileiras do PRR em 1908, quando foi eleito conselheiro municipal e em "*1909 foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano e reeleito durante cinco legislaturas. [...] Em 1928, foi eleito Presidente da Assembleia dos Representantes do Estado.*" (NASCIMENTO, DAL PAZ, 1995: 70). Em 1929 foi eleito Deputado Federal pelo RS, reeleito em 1935 e em 1945. Participou da Frente Única Gaúcha (FUG) e da fundação do Partido Social Democrático (PSD), em 1945. Segue o seu perfil no DHBB (ABREU, et. al.: 6025-6026):

> Nasceu em Passo Fundo (RS) no dia 07 de março de 1882, estudou em Porto Alegre a partir de 1896 e ingressou na Faculdade de Medicina e Farmácia de

> Porto Alegre, formando-se em 1905. Gervásio Lucas Annes, principal líder político republicano de Passo Fundo até 1916, era seu tio. Vergueiro foi prefeito de Passo Fundo de 1921 a 1924 (momento que assume como principal líder republicano do município). Teve seu mandato de deputado estadual interrompido com a dissolução dos órgãos legislativos depois da Revolução de 1930. Apoiou Borges de Medeiros e Raul Pilla em 1932. Foi preso e exilado. De volta ao Brasil, elegeu-se deputado federal na legenda da Frente Única Gaúcha em 1934, retornando ao cenário político após o fim do Estado Novo para exercer seu último cargo político com deputado federal.

Ao lado de Vergueiro, outro "remanescente" do cenário político anterior a 1945 é Antônio Bittencourt Azambuja (nasceu em Encruzilhada/RS, em 10 de março de 1890 e era advogado, sem indicações sobre sua formação acadêmica. ABREU, et. al., 2001: 430.), que teve breve passagem pela vida política, iniciando sua carreira em 1945 ao eleger-se deputado federal pelo PSD, descendia do antigo Partido Libertador (PL). Vergueiro e Bittencourt representavam uma "velha guarda" da política passo-fundense. O PSD local reunia, portanto, as tradicionais lideranças políticas. De acordo com Flach e Cardoso (2007: 62-63) nas eleições nacionais o grande vitorioso foi o PSD, vitória que também se refletia no Rio Grande do Sul. Porém, Passo Fundo apresenta uma particularidade em relação ao processo eleitoral estadual e nacional. Já em 1947, o PSD é derrotado pela aliança entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN), coligação que elege prefeito e vice-prefeito (Danil Dipp torna-se o vice pelo PTB), mas o PSD mantém a maioria na câmara de vereadores, elegendo nove dos quinze deputados. Noll e Trindade caracterizam o quadro político do Rio Grande do Sul da seguinte forma:

> A confrontação PTB/anti-PTB do pós-45 em grande medida fugindo ao padrão brasileiro dominante, é a reprodução no interior do sistema multipartidário da polarização preexistente, cuja origem histórica configurou-se no estatuário da Revolução dos Farrapos, definindo o processo de estruturação das opções políticas regionais." (NOLL, TRINDADE, 2004: 82).

Essa coligação PTB/UDN, foge à polarização descrita por Noll e Trindade que desenha o cenário político rio-grandense entre PTB e anti-PTB, mas pode ser explicada em parte pela necessidade de estabelecer uma coligação entre a oposição do PSD (que não se encontrava "udenizado" em 1947), mas também pela perda de espaço da liderança de Vergueiro. Porém essa polarização é apenas tardia em Passo Fundo, pois na eleição de 1951 as coligações já seguem a tendência regional do estado, com o PTB assumindo prefeitura e vice-prefeitura, mas a vitória não se expressa apenas no município. Vergueiro perde a eleição de deputado federal pelo RS para César Santos, do PTB, o que assinala a

decadência do PSD. Outro dado que também é expressivo da ascensão de um novo modelo político é o predomínio de vereadores do PTB no período 1947-1964. Entre os 60 vereadores desse intervalo, 28 foram do PTB, sendo que o PSD elegeu mais do que cinco apenas em 1947 (nove vereadores eleitos nesse pleito). Dessa forma, o padrão de polarização partidária no pós-45 em Passo Fundo vai ser acentuado a partir da década de 1950, tanto nas eleições municipais como para o legislativo federal e estadual.

Outra conclusão importante, é que desses seis membros da política local que ascenderam a uma elite regional, dois podem ser identificados como ligados aos partidos pré-1945 (PRR e PL) e perderam espaços na política regional/nacional. Os outros quatro indivíduos integravam o PTB, partido pós-1945, que representavam, na cidade, a renovação do quadro político, estavam associados a um novo modelo, a uma outra visão de mundo. Moreira (2003: 166) indica que o PTB foi o partido que mais cresceu durante o período democrático, de acordo com a autora a partir de um crescimento de suas bases sociais/políticas que "*fazia-se sobretudo graças à defesa dos interesses dos trabalhadores e de reformas sociais que atendiam os estratos menos favorecidos da população.*" O trabalhismo atraia adeptos e simpatizantes no mundo urbano acompanhado por uma penetração no campo via os sindicatos rurais. Portanto, um elemento importante para os indivíduos serem integrados a uma elite política estadual em Passo Fundo era ser filiado ao PTB, acompanhando uma tendência regional – característica que está associada a uma forma de recrutamento no meio desses indivíduos.

Perissinotto (2003) indica que os temas fundamentais para o estudo das elites políticas são "recrutamento e valores políticos". Tratando-se do recrutamento, o autor aponta que, primeiro, deve-se identificar o setor da elite que vai ser registrado – no caso, uma elite política que transcende o nível local para atuar no legislativo regional/federal, vinculada ao PTB – e o período em que os indivíduos atuaram como membros do grupo analisado – também já definido: 1945-1964. Perissinotto ainda destaca como importante o registro da origem familiar, onde a comparação dos dados permitiria identificar uma mobilidade social e se esta pode estar relacionada à sua trajetória política. Entre os dados a serem coletados estão: ocupação, religião, escolaridade e atividade políticas dos avós e dos pais. Já os valores político-sociais permitem perceber o conjunto de ideias, valores que foram marcantes na trajetória do grupo em questão e orientaram sua visão de mundo.

> Sendo assim, o estudo das crenças dos ativistas políticos ou, para ser mais restrito, da elite política (isto é, daqueles diretamente engajados no exercício de

> cargos importantes) torna-se mais relevante, pois supõe-se que esse grupo tenha crenças políticas muito mais articuladas do que aquelas partilhadas pelo grande público e que, portanto, estabelecem entre a sua conduta e suas crenças uma relação mais íntima do que a existente nos indivíduos desinteressados pela política. (PERISSINOTTO, 2003: 9)

As considerações de Perissinotto sobre os valores políticos que remetem à visão de mundo da elite política são fundamentais, especialmente quando o período selecionado para o estudo implica uma mudança na própria estrutura de estado (um intervalo entre dois estados autoritários – o Estado Novo e o Regime Militar de 1964) e a decadência de um grupo associado a um "velho" modo de fazer política (a decadência do PSD e a ascensão do PTB). Embora Perissinotto trabalhe com entrevistas (os indivíduos que estuda estão vivos e respondem a questionários elaborados pelo pesquisador) o que facilita a percepção das nuances na visão de mundo do grupo engajado politicamente e do restante da sociedade, os ideais da elite em questão podem ser levantados (objetiva-se nesse artigo levantar indícios sobre o conjunto de ideias que orientava a prática política) a partir de pesquisas previamente realizadas (de caráter biográfico), de discursos pronunciados e na imprensa, entre outros documentos. Os dados para elaboração do presente trabalho foram buscados em livros de historiadores locais (apesar de seu caráter ufanista, como o livro *Vultos da história de Passo Fundo*, trazem indícios importantes sobre atuação e trajetória de alguns indivíduos analisados) e no *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930* (DHBB).

Sobre o dicionário, Abreu (1998: 6-11) indica que o DHBB buscou sistematizar informações sobre o período pós-1930, e que "*seu objetivo é identificar fatores sociais, geracionais e culturais passíveis de esclarecer a variedade de engajamentos individuais e as suas mais diversas formas, ritmos e natureza.*" O dicionário aproxima-se de abordagens prosopográficas, próximas a da presente perspectiva de estudo. É importante considerar sobre os critérios de seleção dos indivíduos que entraram para o DHBB. De acordo com Abreu (1998: 15-16), as biografias do dicionário podem ser divididas em três categorias: a primeira, dos personagens que tiveram papel relevante na política brasileira, e sobre eles "*é enorme o material bibliográfico e a elaboração dessas biografias esbarra na dificuldade de seleção do material existente*".

A segunda categoria, na qual se inserem os indivíduos analisados, é composta por biografados que "*atravessaram conjunturas mais curtas, ocuparam cargos de deputados, senadores, governadores, ministros*" e uma das dificuldades referentes aos deputados em particular reside no pouco material disponível sobre indivíduos que não tiveram grande

visibilidade nacional. A terceira categoria refere-se a indivíduos que ocuparam cargos secundários na política e na administração. Com estas considerações, os dados coletados dos indivíduos selecionados não são muito extensos, especialmente em relação às origens familiares (alguns não incluem dados dos avós e mesmo dos pais, e às vezes deixam lacunas sobre trajetória política e escolaridade), mas permitem traçar um perfil inicial.

Cesar Santos nasceu em Soledade em 1904, filho de José Antônio dos Santos e de Maria dos Santos (o DHBB não inclui dados sobre ocupação e posição política dos pais), concluiu o curso de farmácia em 1931 e de medicina em 1933, na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, onde se tornou livre docente em 1937 e em 1938 assumiu a chefia da Santa Casa de Misericórdia, cargo que ocupou até 1943. Realizou curso de especialização na Argentina e fundou em 1947 o Colégio Brasileiro de Radiologia. Em 1947 foi eleito deputado estadual pelo PTB. Em 1950 elegeu-se deputado federal, licenciou-se da Câmara para participar como delegado do Brasil no Congresso Internacional do Câncer em Paris (assumindo Vitor Issler), voltando a exerce o mandato no final daquele ano. Faleceu em 1970 (informações retiradas de ABREU, 2001 e de HEINZ, 2005).

Vitor Issler nasceu em Passo Fundo em 1901, filho de Artur Schell Issler e de Josefina Loureiro Issler. Não possui curso superior e sua ocupação divide-se entre o comércio, a agricultura e a indústria. Em 1950 obteve a suplência de deputado federal, assumindo o cargo na ausência de Cesar Santos. Em 1954 elegeu-se deputado federal pelo PTB e reelegeu-se em 1958, passando a integrar a Frente Parlamentar Nacional (FPN), "entidade superpartidaria criada em 1957 com o objetivo de controlar a participação do capital estrangeiro no país e defender uma política de desenvolvimento autônomo da economia nacional." (ABREU, et. al. 2001: 2815). Interrompeu seu mandato em 1960 para exercer o cargo de secretário da Fazenda do RS no governo de Leonel Brizola. Voltou a reeleger-se deputado federal em 1962. Depois do golpe de 1964, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e reelegeu-se deputado federal na legislatura 1966-1970. Faleceu em 1974.

Daniel Dipp nasceu em Passo Fundo em 1914, filho de Salima Dipp e de Isa Dipp, bacharelou-se em direito em 1940 pela Faculdade de Direito de Porto Alegre. Elegeu-se vice-prefeito de Passo Fundo em 1947 e em 1950 elegeu-se deputado estadual pelo PTB, passando a integrar a Comissão de Obras Públicas da Assembleia, mas eleito prefeito em 1951 renunciou ao mandato de deputado. Em 1954 elegeu-se deputado federal novamente pelo PTB. Em 1957 tornou-se professor de direito da Faculdade de Direito de Passo Fundo

e em 1958 reelegeu-se deputado federal, mas em 1960 deixa o PTB ingressando na dissidência que deu origem ao Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Em outubro de 1962 tentou reeleger-se como deputado, mas obteve apenas a suplência. Posteriormente, filiou-se ao MDB e candidatou-se novamente a deputado, mas obteve novamente apenas a suplência, afastou-se da política e dedicou-se à advocacia em Passo Fundo. Após a extinção do bipartidarismo participou da fundação do PDT em 1979. Faleceu em 1987.

As informações sobre Múcio de Castro são escassas. Seu nome não consta no DHBB e no livro *Vultos da história de Passo Fundo*. Entre os livros que trazem algumas informações sobre sua trajetória estão *Passo Fundo: presentes da memória*, *Conheça Passo Fundo, Tchê!* e *Passo Fundo através dos tempos*. Pelas informações recolhidas, nasceu em 1915 e não possuía curso superior, começou trabalhando no jornal O Nacional como redator, editor, gerente, posteriormente comprando o jornal. Elegeu-se deputado estadual pelo PTB em 1954 (ao que parece, o único cargo político ocupado), falecendo em 1981.

O livro organizado por Heinz (2005) *O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982* é importante para estabelecer um paralelo entre as características dos políticos passo-fundenses e a elite política regional (no caso, os parlamentares gaúchos). O único indivíduo analisado que não ocupa o cargo de deputado estadual é Vitor Issler, mas ocupou o cargo de Secretário da Fazenda do Estado, o que possibilita pensar em algumas características comuns com os parlamentares (considerando o cargo de Secretário como uma importante ocupação política, especialmente tratando-se da Secretaria da Fazenda).

Heinz (2005: 75), procurando traçar algumas "características sociais mais gerais dos partidos atuantes no período" analisando o perfil biográfico coletivo dos membros que ocuparam cargo no legislativo, indica que se destaca na "análise comparativa das nominatas de duas Legislaturas consecutivas é a presença mais ou menos acentuada de deputados reeleitos." Entre os pleitos de 1951-1955 e de 1955-1959, 24 deputados se reelegeram. Dos políticos passo-fundenses que transcenderam a "aldeia", a reeleição para o legislativo estadual parece não ter constituído uma meta. Cesar Santos ocupou o cargo de deputado estadual apenas na legislatura de 1947-1951, passando para o legislativo federal em 1950. Daniel Dipp foi eleito deputado estadual no pleito de 1950, mas abdica para ser prefeito e depois passa a integrar o legislativo federal. Vitor Issler, como já apontado, não ocupou cargo no legislativo estadual, e Múcio de Castro só ocupou o cargo de deputado em uma

oportunidade. Porém, com exceção de Múcio de Castro, a diversidade de cargos ocupados por esses indivíduos parece ser uma marca na sua trajetória. A diversidade também é marcante em relação à escolaridade e ocupação profissional, tendo dois indivíduos com curso superior, mas em áreas distintas (Cesar Santos formado em medicina e Daniel Dipp em direito) e dois sem formação superior (Vitor Issler e Múcio de Castro).

Os elementos comuns a esses indivíduos são a origem partidária (todos são membros do PTB), temos um paralelo interessante em relação à idade dos indivíduos (Cesar Santos, nascido em 1904 e Vitor Issler, nascido em 1901, tem idades próximas, e Daniel Dipp, nascido em 1914, e Múcio de Castro, nascido em 1915, estão mais próximos). Apenas o político mais jovem ocupa um único cargo. Mas isto não se deve à idade, possivelmente, Múcio tenha se dedicado à gerência e à edição de seu jornal em Passo Fundo, que claramente defendia os ideais trabalhistas do PTB. Embora os dados levantados sejam incipientes (as origens familiares não estão bem evidenciadas), a mobilidade social dos indivíduos nos casos de Múcio de Castro e de Daniel Dipp mostra que são os primeiros membros de suas famílias a ocuparem um cargo político (o pai de Daniel Dipp era um imigrante sírio dono de uma venda de secos e molhados), também não foram encontrados indícios de intensa atividade política nas famílias de Cesar Santos e Vitor Issler, indicando que esses quatro membros estrearam nas atividades políticas na esteira da ascensão do PTB (seu sucesso deve-se mais ao partido que a uma tradição familiar).

Diante dessa diversidade de características, a hipóteses de que a visão de mundo, os valores político-sociais que Perissinotto se referia são, de fato, os elementos que integram esses indivíduos e dão consistência ao seu perfil coletivo. O início da década de 1950 passa a ser marcante para o PTB a nível local, que consegue manter representantes nos três níveis do poder político, como Benvegnú (2006: 62) aponta:

> Na esteira dessa vitoriosa campanha do trabalhismo, Daniel Dipp, o terceiro deputado estadual mais votado com 7.377 votos, atingindo o percentual de 1,02 no Estado, preencheu o espaço deixado por César Santos, e consolidando dessa forma, a agremiação trabalhista local nos três níveis de representação política, ou seja, César Santos na Câmara Federal, Daniel Dipp no legislativo Estadual e Mário Menegaz – substituindo o deputado eleito Daniel Dipp -, à frente do Executivo Municipal, posição essa já ocupada pelo PTB em 1947.

Apesar das características desses indivíduos divergirem, o PTB encontrava-se em um momento de afirmação, e a partir dos anos 1950 conquistaria a maioria no legislativo municipal, deixando a hegemonia das lideranças “tradicionais” do PSD para trás. Benvegnú

(2006: 63-64) ainda destaca que a eleição de César Santos em 1950 para a legislatura federal aumentou o prestígio do PTB local e ampliou sua força ao nível regional. A perda de prestígio político de Nicolau Vergueiro (expressada em sua derrota nessa eleição) indicou o decréscimo da popularidade do PSD, cooptado pelos rivais trabalhistas. Daniel Dipp, ao entrar no executivo municipal, minou os anseios pessedistas de se restabelecer. Nesse momento de reconfiguração das forças políticas, é compreensível que indivíduos "estreantes" na política tenham uma rápida ascensão ao plano de uma elite política regional, sem ao menos ocupar um cargo na esfera municipal (apenas Daniel Dipp foi vice-prefeito antes de se eleger deputado). Essa reconfiguração do cenário político, marcada por transformações nas características e nos mecanismos essenciais para recrutamento, manutenção, reprodução das elites estava em processo de formação, interrompido pelo golpe de 1964, que representa uma nova reconfiguração no poder local, regional e nacional.

Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário biográfico:* a organização de um saber. XXII Encontro Anual da ANPOCS, 1998.

ABREU, Alzira Alves de. BELOCH, Israel. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. LAMARÃO, Sérigo Tadeu de Niemeyer. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. v.1, v.2, v.3, v.4, v.5. Rio de Janeiro: Editora FGV;CPDOC, 2001.

ALMEIDA, Carla Beatriz de. A prosopografia ou biografia coletiva: limites, desafios e possibilidades. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.* São Paulo, 2011.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder*: o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra 1945-1967. (Dissertação de Mestrado). Passo Fundo: UPF, 2006.

CHARLE, Christophe. Les Elites de la République Revisitado. In: Tomo, São Cristóvão-SE, nº 13, jul./dez. 2008.

CODATO, Adriano. Elites, políticos e instituições políticas: o Estado Novo no Brasil, de novo. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Experiências nacionais, temas transversais:* subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009.

CONNIFF, Michael L. A elite nacional. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DAMIAN, Marcos Antonio. *Eleições em Passo Fundo*: dados históricos. Passo Fundo: Berthier, 2010.

FLACH, Ângela. CARDOSO, Claudira do S.C. O sistema partidário a redemocratização. In: GOLIN, Tau. BOEIRA, Nelson. (orgs.). *República:* da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985). v.4. Passo Fundo: Méritos, 2007.

HEINZ, Flávio M. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HEINZ, Flávio M. (org.). *O Parlamento em tempos interessantes:* breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982. Porto Alegre: CORAG, 2005.

MARTIN, Monique de Saint. Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. In: Tomo, São Cristóvão-SE, nº 13, jul./dez, 2008.

MONTEIRO, Lorena. Estudos de elites políticas: as contribuições da Sociologia e da História. In: *Sociedade e Cultura.* Goiânia, v.12, n.1, p.25-32, jan/jun, 2009.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs.). *O Brasil Republicano O tempo da experiência democrática:* da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NASCIMENTO, Welci. DAL PAZ, Santina Rodrigues. *Vultos da história de Passo Fundo.* Passo Fundo: Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1995.

NOLL, Maria Izabel. TRINDADE, Hélgio. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul – 1823/2002.* Porto Alegre: Editora da UFRGS/Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

PERISSINOTTO, Renato M. *Notas metodológicas sobre o estudo de elites*. Curitiba: NUSP, 2003.

PERISSINOTTO, Renato M. História, sociologia e análise do poder. In: *História Unisinos.* São Leopoldo, v.11, n.3, p.313-320, set-dez, 2007.

STONE, Lawrence. Prosopografia. In: *Rev. Sociol. Polít.* Curitiba, v.19, n.39, p.115-137, jun. 2011.

Recebido em: 01/02/14
Aprovado em: 27/05/14